



SE 13. Territórios Indígenas enquanto Comunidades Políticas

João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ) - Coordenador/a, Henyo Trindade Barretto Filho (Departamento de Antropologia/UnB) - Coordenador/a, Paulo Roberto Homem de Goes (UFPR) - Participante, Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ) - Participante, Daniela Fernandes Alarcon (PPGAS/MN/UFRJ) - Participante, Henyo Trindade Barretto Filho (Departamento de Antropologia/UnB) - Participante, Sidnei Clemente Peres (Universidade Federal Fluminense) - Participante, Edviges Marta Loris (Universidade Federal de Santa Catarina) - Participante, Rosamaria Santana Paes Loures (Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) - Participante

Em 1957, baseado em registros administrativos do SPI, Darcy Ribeiro caracterizava a população indígena no Brasil como composta por micro-sociedades isoladas no meio da floresta amazônica, com raros territórios definidos e dependente da tutela e proteção oficial. Nas décadas seguintes, com o aparecimento de mobilizações indígenas em diferentes partes do país, com a Constituição de 1988 e novas convenções internacionais, consolidou-se uma outra consciência quanto ao valor da diversidade sociocultural e a defesa de um patrimônio ambiental. Mais de 100 milhões de hectares foram formalmente reconhecidos como "terra indígena", apontando para formas de cidadania diferenciadas e para um regime pós-tutelar. O que mudou para os povos indígenas durante os últimos sessenta anos? Que novas experiências, conhecimentos e identidades resultaram, em cada caso específico, da luta pela demarcação das terras? Que novas comunidades políticas, que reconfiguram técnicas, que novos projetos de futuro alavancaram ou foram engendrados por essas mobilizações? Que referenciais os moveram e movem em sua inserção no Brasil contemporâneo? A presente chamada objetiva estimular contribuições de natureza etnográfica e analítica sobre como as práticas e estratégias colocadas em ação nas últimas décadas por povos indígenas específicos para a conformação de seus territórios técnicos, implicaram paralelamente na reconfiguração de suas culturas e nos seus modos de organização social.

Ativismo indígena, territorialização e etnicidade no Médio Rio Negro.

Autoria: Sidnei Clemente Peres

Neste work apresento os processos de territorialização, etnicidade e associativismo no Médio Rio Negro que desembocarão nas lutas mais recentes pelo reconhecimento oficial de terras indígenas. O eixo central da descrição e análise é o antagonismo entre o regime de aviação e a "comunidade" enquanto modalidades de uso dos recursos naturais e estratégias de reprodução social. No Alto Rio Negro, em meados dos anos 1980 no cerne de um processo de inversão do estigma étnico, crise da tutela missionária e militarização desenvolvimentista; a comunidade se torna a base territorial de codificação política do associativismo emergente. No início do século XXI, o associativismo toma novo fôlego no Médio Rio Negro, colidindo com o aviação e incrementando a luta por direitos territoriais.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

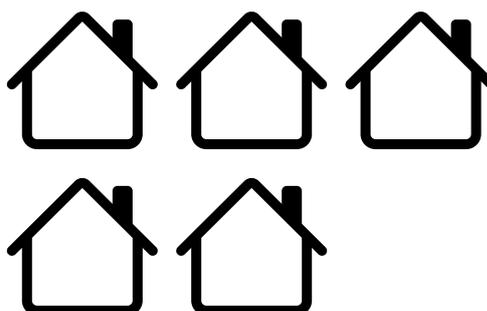
Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

